

**ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS
DO RIO JORDÃO S.A**

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES
CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
TRIMESTRE FINDO EM 30/09/2024

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias

Aos
Diretores, Conselheiros e Administradores da
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A
Curitiba (PR)

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2024, que compreende o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Outros assuntos

1) DVA – Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente.

2) Auditoria e cifras dos períodos anteriores

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado de períodos e exercícios anteriores que foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatórios, nos respectivos períodos, sem ressalvas.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, anteriormente referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Curitiba, 31 de outubro de 2024.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1



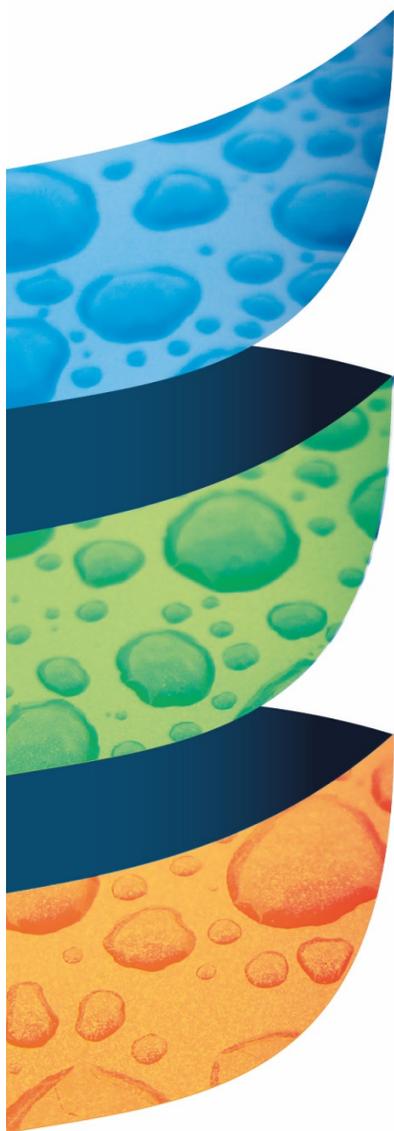
Assinado de forma digital por
RICARDO MASSERA:05835215924
Dados: 2024.10.31 14:23:38 -03'00'

Ricardo Massera
Contador CRC PR-066.333/O-2-S-SP
CNAI nº 4673



Assinado de forma digital por
RAFAEL LUQUE
MEDINA:05869443970
Dados: 2024.10.31 13:57:39 -03'00'

Rafael Medina
Contador CRC PR-068.777/O-8-PR
CNAI nº 5350



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS

EM

30 DE SETEMBRO DE 2024

SUMÁRIO

	FOLHA
BALANÇOS PATRIMONIAIS	3 e 4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10 a 30

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de setembro de 2024 e 31 dezembro de 2023
em milhares de reais

ATIVO	NE nr.	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		154.490	209.323
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	119.867	166.544
Clientes	6	12.010	21.157
Outros Créditos	8	7.585	5.740
Tributos Compensáveis	9	9.666	10.216
Investimentos Temporários	10	2.874	3.922
Despesas pagas antecipadamente	11	2.488	1.744
NÃO CIRCULANTE		607.506	594.827
Realizável a Longo Prazo		108.424	83.192
Tributos Federais a Restituir	12	-	1.301
Tributos Diferidos	13	100.065	73.533
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
Imobilizado	14	322.291	326.291
Intangível	15	176.141	184.539
Direitos de Uso de Ativo	16.1	650	805
TOTAL DO ATIVO		761.995	804.150

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 30 de setembro de 2024 e 31 dezembro de 2023
em milhares de reais

PASSIVO	NE nr.	30/09/2024	31/12/2023
CIRCULANTE		112.281	109.346
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	465	276
Fornecedores	18	5.852	3.980
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	-	294
Outras Obrigações Fiscais	19	632	1.154
Encargos Setoriais a Pagar	22	875	1.919
Pequisa e Desenvolvimento	21	1.774	1.672
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	102.438	99.806
Passivo de Arrendamento	16.2	245	245
NÃO CIRCULANTE		738.065	730.942
Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	20	733.202	728.889
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	1.108	1.465
Passivo de Arrendamentos	16.2	470	588
Provisões para litígios	24	3.285	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(88.351)	(36.138)
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.2	2.152	2.845
Prejuízos Acumulados		(126.006)	(74.486)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		761.995	804.150

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
dos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	N.E	01.01.2024 a 30.09.2024	01.01.2023 a 30.09.2023	01.07.2024 a 30.09.2024	01.07.2023 a 30.09.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	66.834	105.591	19.759	30.788
(-) Custos Operacionais	27	(65.139)	(63.911)	(23.721)	(21.670)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.695	41.680	(3.962)	9.118
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	28	(5.862)	(4.407)	(2.374)	(1.731)
Despesas Administrativas	28	(6.261)	(5.588)	(2.515)	(1.978)
Outras Receitas	28	399	1.181	141	247
LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		(4.167)	37.273	(6.336)	7.387
RESULTADOS FINANCEIRO	29	(73.886)	(10.222)	(29.723)	(13.799)
Receitas financeiras	29	29.393	85.861	4.628	18.394
Despesas financeiras	29	(103.279)	(96.083)	(34.351)	(32.193)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(78.053)	27.051	(36.059)	(6.412)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		26.533	(6.673)	12.253	1.528
Imposto de Renda e Contribuição Social	9	-	(5.871)	12.520	1.795
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	13	26.533	(802)	(267)	(267)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(51.521)	20.378	(23.806)	(4.884)
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS		(0,85)	0,34		

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
dos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e de 2023
em milhares de reais

	01.01.2024	01.01.2023	01.07.2024	01.07.2023
	a	a	a	a
	30.09.2024	30.09.2023	30.09.2024	30.09.2023
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(51.521)	20.381	(23.807)	(4.884)
Outros resultados abrangentes				
Ganhos com ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:	(1.048)	(2.007)	(391)	(2.761)
Operações com Créditos de Carbono	(1.048)	(2.007)	(391)	(2.761)
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	356	682	133	939
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	(692)	(1.324)	(258)	(1.822)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(52.212)	19.057	(24.065)	(6.706)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	35.503	7.049	(77.393)	(34.841)
Outros Resultados Abrangentes		(3.966)		(3.966)
Lucro (Prejuízo) do período: Janeiro a Setembro 2023		-	20.381	20.381
Saldos em 30 de Setembro de 2023	35.503	3.084	(57.013)	(18.425)
Outros Resultados Abrangentes		(241)		(241)
Lucro (Prejuízo) do período: Outubro a Dezembro 2023		-	(17.472)	(17.472)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	35.503	2.844	(74.485)	(36.137)
Outros Resultados Abrangentes		(693)		(693)
Lucro (Prejuízo) do período: Janeiro a Setembro 2024		-	(51.521)	(51.521)
Saldos em 30 de Setembro de 2024	35.503	2.151	(126.006)	(88.351)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
em milhares de reais

	NE nr.	30.09.2024	30.09.2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(51.521)	20.381
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação	14	16.428	18.159
Amortização	15	8.463	8.453
Variações monetárias não realizadas		84.726	26.752
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(26.533)	802
Provisão p/ litígios regulatórios		(130)	-
Baixa de Imobilizado		511	864
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Clientes	6	9.147	1.641
Outros créditos	8	(1.844)	(2.143)
Tributos compensáveis	9	551	(5.517)
Despesas pagas antecipadamente	11	(745)	(2.265)
Tributos Federais a Restituir		1.301	-
Depósitos Judiciais			58
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	187	232
Fornecedores	18	1.873	2.434
Imposto de renda e contribuição social		-	5.871
Outras Obrigações Fiscais	19	(522)	(438)
Pagamento de direito de uso		(161)	(176)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	20	(77.738)	(82.672)
Pequisa e Desenvolvimento	21	102	114
Encargos Setoriais	22	(1.044)	403
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(37.243)	(7.047)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	14	(9.429)	(4.221)
Adições no intangível	16	(5)	(33)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(9.433)	(4.254)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos		-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	-
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(46.677)	(11.301)
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	166.544	185.916
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	119.867	174.615
Variação no caixa e equivalentes a caixa		(46.677)	(11.301)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
dos períodos findos em 30 de setembro de 2024 e 2023
em milhares de reais

	NE nr.	30.09.2024	30.09.2023		
Receitas					
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	73.040		115.426	
Total		73.040		115.426	
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Compra de Energia - Revenda	27	-		(974)	
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	(5.102)		(5.775)	
Encargos de uso da rede elétrica	27	(18.726)		(17.913)	
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	(14.725)		(14.046)	
Outros insumos	27 e 28	(309)		(422)	
Total		(41.705)		(39.130)	
(=) Valor adicionado bruto		31.335		76.296	
(-) Depreciação e amortização					
		(24.232)		(25.396)	
(=) Valor adicionado líquido		7.103		50.899	
(+) Valor adicionado transferido					
Receitas financeiras	29	29.394		85.861	
Outras Receitas	28	399		1.181	
Total		29.793		87.042	
Valor adicionado a distribuir		36.896		137.941	
Distribuição do valor adicionado					
	NE nr.	30.09.2024	%	30.09.2023	%
Pessoal					
Remuneração e honorários		(3.120)		(2.700)	
Planos previdenciarios e assistencial		(124)		(140)	
Benefícios		(300)		(288)	
Encargos sociais - FGTS		(835)		(827)	
Total	29	(4.379)	(11,9)	(3.955)	(2,9)
Governo					
Federal	9 e 26	19.373		(17.415)	
Estadual	28	(8)		(1)	
Municipal	28	(29)		(24)	
Total		19.335	52,4	(17.440)	(12,6)
Terceiros					
Juros e variações monetárias	29	(103.280)		(96.083)	
Arrendamentos e aluguéis	28	(93)		(82)	
Total		(103.373)	(280,2)	(96.165)	(69,7)
Acionistas					
Lucro (Prejuízo) do período		51.521		(20.381)	
Total		51.521	139,6	(20.381)	(14,8)
		(36.896)	(100,0)	(137.941)	(100,0)

" As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras "

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 30 de setembro de 2024

em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado. A sociedade foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	66,0
UHE – Fundão	120,168	62,1
CGH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9
	246,411	133,0

2. Concessão

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC foi regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001. Após a repactuação do risco hidrológico, conhecido como GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), em virtude da promulgação das Leis 13.203/15 e 14.052/20, o prazo de concessão da UHE Santa Clara foi estendido até 10 de maio de 2040, enquanto para UHE Fundão o prazo encerrar-se-á em 10 de junho de 2040.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos mensais a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então os pagamentos são corrigidos monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

3. Base de Preparação

3.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações foi autorizada pela Administração em 31 de outubro de 2024.

3.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não existem incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Também, não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

4. Principais Políticas Contábeis

4.1 Instrumentos Financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

Ativo	Categoria Original (IAS 39)	Nova Categoria (IFRS 9)
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
Passivo	Categoria Original (IAS 39)	Nova Categoria (IFRS 9)
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.1.3 - Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.1.4 - Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de obtenção ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

4.3.1 - Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

4.3.2 - Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.5 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.7 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para

o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Saldos em	30/09/2024	31/12/2023
Caixa e bancos contas movimento		35	33
Aplicações financeiras de curto prazo		119.832	166.511
		119.867	166.544

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do levantamento das demonstrações financeiras, com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são realizados com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características: alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração referenciada pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em conformidade com sua Política de Aplicações Financeiras vigente.

6. Clientes

Clientes	Saldos	Vencidos	Vencidos há	Saldo	Saldo
	vincendos	até 90 dias	mais de 90 dias	30/09/24	31/12/23
Suprimento - Copel Com.	-	-	-	-	1.038
Suprimento - Livres	7.772	-	649	8.421	9.336
CCEE	3.589	-	-	3.589	10.783
	11.361	-	649	12.010	21.157

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre). A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

A administração não provisiona PECLD (Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa), para eventos referentes aos CCVEE e liquidação no âmbito da CCEE por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias e contratuais, que impõem penalidades aos possíveis inadimplentes, além da constituição de garantias financeiras, mitigando o risco de crédito.

7. Partes Relacionadas

	30/09/2024	31/12/2023
<u>Ativo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Comercialização S.A.		1.038
<u>Ativo não circulante</u>		
Controlador		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
Acionista		
Paineira Participações Ltda	2.508	2.508
<u>Passivo circulante</u>		
Entidade sob controle em comum		
Copel Distribuição S.A.	2.245	2.251
Copel Geração e Transmissão S.A.	157	157
<u>Resultado</u>	30/09/2024	30/09/2023
Entidade sob controle em comum		
Encargos de Transmissão e Conexão		
Copel Distribuição S.A.	(20.159)	(19.338)
Serviços de Operação e Manutenção		
Copel Geração e Transmissão S.A.		(520)
Serviços de Planejamento Energético		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(797)	(762)

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de planejamento energético e encargos pelo uso do sistema de distribuição.

8. Outros Créditos

	Saldos em	30/09/2024	31/12/2023
Ordens de serviço - P & D		6.199	5.473
Almoxarifado de manutenção e operação		1.293	264
Adiantamento a empregados		91	-
Adiantamento a fornecedores		2	3
		7.585	5.740

Ordens de serviço – P & D, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

9. Tributos Compensáveis

Descrição	Saldos em	30/09/2024	31/12/2023
Tributos Compensáveis			
Imposto de Renda Pago por Estimativa		1.151	1.151
Contribuição Social Pago por Estimativa		1.738	1.820
Imposto de Renda retido na fonte		6.777	7.245
Ativos compensáveis		9.666	10.216
Imposto de Renda e CSLL a pagar			
Imposto de Renda		-	210
Contribuição Social		-	84
Passivos a liquidar		-	294
Ativos líquidos a compensar		9.666	9.922

Os ativos líquidos a compensar serão objeto de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), podendo ser restituídos através de crédito em conta corrente da empresa e/ou compensados com tributos federais devidos futuramente.

10. Investimentos Temporários

Data	Descrição	Quantidade	Valores R\$ Mil
31/12/2023 (+)	Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	578.451	3.922
30/09/2024 (-)	Vendas de Certificados RCEs Jan a Mar 2024	(45.249)	
	(=) Reduções Certificadas de Emissões (RCE)	533.202	
	Marcação a Mercado do RCE - Dólar - US\$ 0,99		
	Cotação - Dólar R\$ 5,4475		
	Custo Unitário R\$ 5,39		
Saldo Final Ajustado - AVJ			2.874

No período de janeiro a setembro de 2024, a Companhia negociou 45.249 toneladas (t) Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara *Energetic Complex Project* (FSCECP).

11. Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	Saldos em	30/09/2024	31/12/2023
Seguro das usinas		2.487	1743
Seguro sede administrativa		1	1
		2.488	1744

As despesas antecipadas registram os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá em períodos subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a SOMPO SEGUROS com vigência até 07 de setembro de 2025, a qual prevê como Limite Máximo de Garantia R\$ 364.032 mil.

12. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Saldo em	Valores em R\$ mil
	31/12/2023	1.301
Restituições		(1.301)
	30/09/2024	-

A Companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, cujo valor restituído foi compensado com tributos (PIS e Cofins) a recolher.

13. Tributos Diferidos

Mutação do diferido	31/12/2023	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/09/2024
(+) Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	55.900	27.333	-	83.233
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	17.633	(801)	-	16.832
	73.533	26.532	-	100.065
(-) Passivo não circulante				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	1.465	-	(356)	1.109
	1.465	-	(356)	1.109
(=) Líquido apresentado no Balanço	72.068	26.532	(356)	98.956

Realização dos Tributos Diferidos

30/09/2024	Ativo	Passivo
2024	71.248	(1.109)
2025	801	-
2026	801	-
2027	801	-
2028	801	-
2029	801	-
2030 a 2032	2.403	-
2033 a 2035	2.403	-
2036 a 2038	2.403	-
2039 a 2040	17.603	-
	100.065	(1.109)

14. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia encontra-se sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação ao longo do prazo de concessão.

Mutação	31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transfer	31/12/2023
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	193.871	-	(13.103)	-	-	180.768
Máquinas e equipamentos	102.116	411	(7.279)	(702)	1.084	95.630
Edificações	33.165	-	(2.521)	-	58	30.702
Terrenos	14.523	2.625	(1.136)	(162)	-	15.850
Móveis e utensílios	123	10	(17)	(1)	2	117
	343.798	3.046	(24.056)	(865)	1.144	323.067
Em curso						
Custo	2.015	1.517	-	-	(308)	3.224
	2.015	1.517	-	-	(308)	3.224
	345.813	4.563	(24.056)	(865)	836	326.291

Mutação	31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transfer	30/09/2024
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	180.767	-	(8.888)	-	-	171.879
Máquinas e equipamentos	95.634	2.839	(5.354)	(18)	-	93.101
Edificações	30.701	6	(1.472)	-	-	29.235
Terrenos	15.850	9.814	(991)	-	1	24.674
Móveis e utensílios	115	14	(10)	(2)	-	117
	323.067	12.673	(16.715)	(20)	1	319.006
Em curso						
Custo	3.224	3.285	-	(485)	(2.739)	3.285
	3.224	3.285	-	(485)	(2.739)	3.285
	326.291	15.958	(16.715)	(505)	(2.738)	322.291

Durante o período foram encerradas R\$ 3.224 de aquisições de imobilizado em curso. Deste montante, R\$ 425 mil foram transferidas para o grupo contábil Almoxarifado Operacional (estoque de manutenção), enquanto R\$ 60 mil foram colocados em serviço (intangível em serviço) e R\$ 2.739 mil em (imobilizado em uso), passando a ser depreciado/amortizado pelo prazo de concessão.

15. Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, foi a seguinte:

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31/12/2022	192.882	-	2.896	-	195.778
Aquisições	-	-	36	-	36
Amortização UBP	(10.269)	-	-	-	(10.269)
Amortização GSF	(836)	-	-	-	(836)
Amortização - Outros	-	-	(170)	-	(170)
31/12/2023	181.777	-	2.762	-	184.539
Aquisições	-	-	4	-	4
Transferências	-	-	60	-	60
Amortização UBP	(7.702)	-	-	-	(7.702)
Amortização GSF	(627)	-	-	-	(627)
Amortização - Outros	-	-	(133)	-	(133)
30/09/2024	173.448	-	2.693	-	176.141

As amortizações do contrato de concessão nº 125/2001 e as extensões decorrentes da repactuação do risco hidrológico GSF são calculadas de forma linear até o prazo final da concessão.

16. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente a locação de sua sede administrativa, conforme segue:

16.1 Direito de Uso de Ativo

Mutação	31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2023
Em serviço					
Imóveis	962	39	(196)	-	805
	962	39	(196)	-	805

Mutação	31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	30/09/2024
Em serviço					
Imóveis	805	-	(155)	-	650
	805	-	(155)	-	650

16.2 Passivo de Arrendamento

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2023	245	588	833
Pagamentos	(160)	-	(160)
Transferências	160	(160)	-
Ajuste a valor presente	-	42	42
30/09/2024	245	470	715

Realização do Passivo de Arrendamento

2024	61
2025	245
2026	245
2027	225
Valores não descontados	776
Juros embutidos	(61)
Saldo do passivo de arrendamento	715

O imóvel que abriga a sede administrativa da Companhia encontra-se na Rua José de Alencar, 2021 e 2005, Curitiba – PR, CEP 80.040-040, sendo regulado pelo contrato de nº 022/2022, com vigência prevista de 60 (sessenta) meses.

17. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	Saldos em	30/09/2024	31/12/2023
Salários a pagar		-	4
Tributos retidos na fonte		75	93
Provisão de férias e 13º salário		390	179
		465	276

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, bolsas auxílio, benefícios e encargos sociais pagos aos funcionários, diretores e conselheiros estatutários e estagiários da Companhia.

18. Fornecedores

	Vincendos até 30 dias	Vencidos até 90 dias	Vencidos a mais de 90 dias	Saldo 30/09/2024	Saldo 31/12/2023
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.245	-	-	2.245	2.251
Materiais e Serviços - Copel GET	157	-	-	157	157
Materiais e Serviços	3.450	-	-	3.450	1.572
	5.852	-	-	5.852	3.980

Os fornecedores são registrados no passivo pelo valor nominal dos títulos a pagar acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

19. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	30/09/2024	31/12/2023
PIS e Cofins		265	740
Tributos retidos na fonte		167	170
Previdência Social INSS		190	228
FGTS		10	16
		632	1.154

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

20. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSC a Companhia realiza pagamentos a título de UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é reajustado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação

	31/12/2023	828.695
Ajuste a valor presente		6.945
Variação monetária		(77.738)
Pagamentos		77.738
	30/09/2024	835.640

Ano	Valor nominal	Valor presente
2024	27.086	26.620
2025	108.346	99.800
2026	108.346	89.910
2027	108.346	81.000
2028	108.346	72.973
2029	108.346	65.741
2030	108.346	59.226
Após 2030	1.038.322	340.370
Totais	1.715.484	835.640

21. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08. Esse percentual encontra-se distribuído da seguinte maneira 40% FNDCT, 20% MME e 40% P&D.

O Despacho ANEEL nº 904/2021 determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), do percentual fixo de 30% tendo como base de cálculo os valores devidos a título de P&D, até 31 de dezembro de 2025.

Mutação	Circulante				Total
	FNDCT	MME	CDE	P&D	
31/12/2023	85	42	25	1.520	1.672
Constituições	172	86	52	121	431
Recolhimentos	(205)	(102)	(61)	-	(368)
30/09/2024	52	26	16	1.641	1.735

22. Encargos Setoriais a Pagar

Encargo Setorial	Saldos em	30/06/2024	31/12/2023
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		1.099	1.919
		1.099	1.919

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 para compensar estados e municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas pela inundação de áreas durante a formação dos reservatórios que atendem as usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

23. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

23.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
31/12/2023	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	124	-	124
Amortizações	(124)	-	(124)
30/09/2024	-	-	-

Conforme Relatório Atuarial elaborado pela consultoria contratada, não existem valores a reconhecer nos balanços da Companhia.

24 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

A Companhia questionou os escritórios responsáveis pelas ações da entidade quanto ao andamento dos processos com anotação do risco de futura saída de recursos. Ato contínuo, o departamento jurídico da Companhia analisou as respostas das firmas terceirizadas e consolidou-as num relatório onde constam todos os processos, tanto polo ativo quanto passivo, e, em nenhum dos processos foi anotado “risco provável”, motivo pelo qual a administração não reconheceu provisões nestas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se de forma resumida os processos de litígios registrados no relatório jurídico classificados como “risco possível”, e adicionalmente os valores de passivos contingentes, porém sem provisões reconhecidas conforme as principais políticas contábeis estabelecidas no capítulo (4) item (4.4) destas notas explicativas.

24.1 Provisões para litígios

Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

Tipo	Saldo em 30/09/2024	Resultado	Imobilizado e Intangível	Quitação	Saldo em 31/12/2023
		Adições (Reversões)	Adições (Reversões)		
<u>Cíveis</u>					
Desapropriações e patrimoniais	3.285	3.025	9.849	(9.589)	-
	3.285	3.025	9.849	(9.589)	-

Desapropriações e patrimoniais

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Elejor para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula etc.).

As ações estão descritas a seguir:

Autor: Proprietário de imóvel

Valor estimado: R\$ 260

Ação de desapropriação para construção do Complexo Energético Fundão e Santa Clara, que se discute o valor da indenização.

Situação atual: Cumprimento de sentença de julgamento em 2º grau de jurisdição.

Jurisdição: Vara Cível da comarca de Pinhão PR.

Autor: Proprietário de imóvel

Valor estimado: R\$ 3.025

Ação de desapropriação para construção do Complexo Energético Fundão e Santa Clara, que se discute o valor da indenização.

Situação atual: Instrução.

Jurisdição: Vara Cível da comarca de Guarapuava PR.

24.2 Passivo contingente

Classificação das ações consideradas como de perda possível.

Modalidade	Saldo em 30/06/2024	Resultado	Imobilizado e Intangível	Saldo em 31/12/2023
		Adições/ Atualizações (transferências)	Adições/ atualizações (transferências)	
Cíveis				
Desapropriações e patrimoniais	2.228		(6.307)	8.535
Regulatórias	35.373		(734)	36.107
	37.601			44.642

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir, informações sobre a natureza e as potenciais perdas dos passivos contingentes da Companhia:

a) Cíveis regulatórias:

Autor: Elejor X União (contraparte/adverso principal)

Valor estimado: R\$ 26.298

Ação Cível Regulatória nº 1018438-81.2017.4.01.3400 na qual pleiteia a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que reduziu em 2,6 MW médios sua energia assegurada, tendo decisão proferida de maneira liminar pelo TRF1 - Tribunal Regional Federal da 1ª Região que garantiu a manutenção da liquidação integral da GF (140,3 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia).

Caso a decisão judicial seja revertida a entidade sofrerá reflexos retroativos das liquidações financeiras no período 01/2018 a 12/2022, com possível devolução dos recebimentos decorrentes da liminar atualizados de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, o que importaria num desembolso estimado de R\$ 26.453 mil.

Situação atual: Aguardando julgamento recursal.

Jurisdição: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Autor: Elejor X União (contraparte/adverso principal)

Valor estimado: R\$ 9.075

Pedido de Reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão.

Situação atual: Aguardando julgamento recursal.

Jurisdição: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Autor: Elejor X União (contraparte/adverso principal)

Valor estimado: R\$ 16

Reavaliação da metodologia da revisão das garantias físicas

Situação atual: Extinto por Desistência. Aguardando Arquivamento

Jurisdição: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b) Cíveis - desapropriações e patrimoniais:

Autor: Proprietário do imóvel

Valor estimado: R\$ 2.212

Ação de desapropriação para construção do Complexo Energético Fundão e Santa Clara, que se discute o valor da indenização.

Situação atual: Cumprimento de sentença com depósito judicial já realizado.

Jurisdição: Vara Cível da comarca de Pinhão PR.

25 Patrimônio Líquido

25.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 77ª AGE de 20/09/2021, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	100%	60.300.000	100%

25.1 Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Saldos	30/09/2024	31/12/2023
RCE-Reduções Certificadas de Emissão		3.261	4.309
(-) Cont.Social Lucr.Liq. - Diferida		(293)	(388)
(-) Imposto de Renda - Diferido		(816)	(1.076)
		2.152	2.845

A Companhia possui Reduções Certificadas de Emissões (RCE) que são títulos financeiros mantidos para venda, os quais foram emitidos pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) das Nações Unidas, em decorrência do Projeto nº 1279 nomeado Fundão Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP), a variação positiva ou negativa dos títulos não negociados no encerramento do balanço são “marcados a mercado” na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, bem como os reflexos da incidência do IRPJ e CSLL.

26 Receita Operacional Líquida

Descrição	01/01/24	01/01/23	01/07/24	01/07/23
	a	a	a	a
	30/09/24	30/09/23	30/09/24	30/09/23
Geração	52.323	82.411	20.590	31.078
Venda de Energia UHEs - Convencional	48.542	70.654	18.815	26.705
Venda de Energia UHEs Conv-COPEL COM	-	8.572	-	3.168
Venda de Energia CGHs - Incentivada	3.781	3.185	1.775	1.205
Comercialização	20.717	33.015	1.300	3.068
Energia contabilizada na CCEE	20.717	33.015	1.300	3.068
Receita Bruta	73.040	115.426	21.890	34.146
Contribuição para PIS	(998)	(1.574)	(349)	(547)
Contribuição para Cofins	(4.598)	(7.254)	(1.604)	(2.520)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(610)	(1.007)	(178)	(291)
Deduções da Receita Bruta	(6.206)	(9.835)	(2.131)	(3.358)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	66.834	105.591	19.759	30.788

27 Custos Operacionais

Descrição	01/01/24	01/01/23	01/07/24	01/07/23
	a	a	a	a
	30/09/24	30/09/23	30/09/24	30/09/23
Energia Comprada para Revenda	-	(974)	-	-
Compra de Energia - MCP / CCEE	(2.844)	-	(2.844)	-
Compens.Financ.Utiliz.Recursos Hídricos	(5.101)	(5.775)	(1.662)	(2.569)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(737)	(689)	(248)	(229)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(18.726)	(17.913)	(6.104)	(6.225)
Materiais	(198)	(148)	(125)	(17)
Serviços de Terceiros	(11.444)	(11.592)	(4.143)	(3.644)
Depreciação	(15.597)	(16.779)	(5.093)	(5.506)
Amortização	(8.463)	(8.453)	(2.821)	(2.818)
Seguros	(1.920)	(1.481)	(645)	(628)
Outros custos	(109)	(107)	(36)	(34)
	(65.139)	(63.911)	(23.721)	(21.670)

28 Outras (despesas) receitas operacionais

Descrição	01/01/24	01/01/23	01/07/24	01/07/23
	a	a	a	a
	30/09/24	30/09/23	30/09/24	30/09/23
Pessoal	(2.626)	(2.329)	(987)	(780)
Administradores	(1.753)	(1.626)	(600)	(543)
Material	(40)	(42)	(12)	(13)
Serviços de Terceiros	(1.121)	(781)	(523)	(264)
Depreciação	(172)	(166)	(57)	(55)
Arrendamento e Aluguéis	(93)	(83)	(32)	(28)
Seguros	(1)	(1)	(1)	-
Tributos	(254)	(244)	(222)	(220)
Outras despesas	(201)	(316)	(81)	(75)
Despesas	(6.261)	(5.588)	(2.515)	(1.978)
Outras Receitas	399	1.181	141	247
Receitas	399	1.181	141	247
	(5.862)	(4.407)	(2.374)	(1.731)

29 Resultado Financeiro

Descrição	01/01/24	01/01/23	01/07/24	01/07/23
	a	a	a	a
	30/09/24	30/09/23	30/09/24	30/09/23
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendas de aplicações disponíveis p/venda	10.969	16.556	3.361	5.482
Encargos da concessão - UBP - AVP	17.837	69.059	764	12.895
Juros e correção de tributos	281	-	197	-
CCEE Encargos de liquidação	306	240	306	17
Outras receitas	-	6	-	-
Subtotal	29.393	85.861	4.628	18.394
<u>Despesas financeiras</u>				
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM	(77.738)	(82.672)	(25.913)	(27.557)
Encargos da concessão - UBP - AVP	(24.781)	(13.090)	(8.276)	(4.408)
AVP de Arrendamento - Edificações	(42)	(50)	(13)	(16)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(3)	(1)	-
CCEE Encargos de liquidação	(716)	(193)	(148)	(193)
Juros e correções - P & D	-	(56)	-	-
Juros e encargos moratórios	-	(1)	-	(1)
Outras despesas	-	(18)	-	(18)
Subtotal	(103.279)	(96.083)	(34.351)	(32.193)
Resultado Financeiro Líquido	(73.886)	(10.222)	(29.723)	(13.799)

Os Encargos de Concessão representam os desembolsos realizados com UBP, referenciados na NE nº 21, além da atualização monetária sobre o saldo da dívida de concessão em conformidade com a variação do IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ajustado a valor presente.

30 Cobertura de Seguros

As apólices de seguro da Companhia foram contratadas levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos, conforme entendimento da administração. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	07.09.2024 a 07.09.2025	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundão	2.665	364.032
TOKIO MARINE	19.05.2024 a 19.05.2025	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.810
Total				2.667	365.842

A Companhia também mantém contrato na modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 02852.2024.0060.0993.0002145, com a AXA Seguros S.A.

31 Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.

A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

32. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são os seguintes:

	NE	30/09/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Valor Justo por meio do Resultado					
Caixa e bancos contas movimento	5	35	35	33	33
Aplicações financeiras	5	119.832	119.832	166.511	166.511
Custo Amortizado					
Clientes	6	12.010	12.010	21.157	21.157
Valor Justo do Resultado Abrangente					
Créditos de Carbono - RCEs	10	2.874	2.874	3.922	3.922
Total dos ativos financeiros		134.751	134.751	191.623	191.623

	NE	30/09/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos Financeiros					
Custo Amortizado					
Fornecedores	19	5.852	5.852	3.980	3.980
Contas a pagar vinculadas à concessão	21	828.127	828.127	828.695	828.695
Total dos passivos financeiros		833.979	833.979	832.675	832.675

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

33. Eventos Subsequentes

A administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

NESTOR
BAPTISTA:07
214308991

Assinado de forma digital por NESTOR BAPTISTA:07214308991
Dados: 2024.10.31 13:42:56 -03'00'



Documento assinado digitalmente
CLEVERSON MORAES SILVEIRA
Data: 31/10/2024 11:54:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cleverson Moraes Silveira
Diretor Administrativo Financeiro

FERNANDO
SOUZA
RIBEIRO:236166
52987

Assinado de forma digital por FERNANDO SOUZA RIBEIRO:23616652987
Dados: 2024.10.31 09:07:50 -03'00'

Fernando Souza Ribeiro
Contador CRC PR 024544/O-3